

Comissão do CNPq contra má conduta científica começa a funcionar

02/07/2012- O CNPq, principal agência de financiamento à ciência do país, deu a largada nas atividades de um comitê criado internamente para avaliar casos de má conduta científica.

[Siga a SECTI-AM no Twitter!](#)

O grupo da Comissão de Integridade na Atividade Científica, que tem cinco cientistas, já tem trabalho para avaliar: são quatro denúncias.

"São basicamente denúncias de plágio", diz Paulo Sérgio Lacerda Beirão, coordenador da comissão e diretor de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde do CNPq.

Os casos chegaram ao CNPq logo após a criação da comissão, em outubro. A maioria delas veio em nome do próprio Beirão, já que o órgão ainda não tem um canal oficial para recebê-las.

O grupo vai analisar os quatro casos usando, por exemplo, bases de dados como a plataforma Lattes, que traz os currículos com a formação e a produção de todos os cientistas do país.

Decidido se o caso é fruto de má conduta ou não, a tarefa será definir a "pena" ao cientista fraudador. Ela pode variar entre advertências e punições, como corte de bolsas e devolução de recursos.

"E podemos mandar um aviso à instituição a qual o cientista é vinculado."

O anúncio de que o CNPq teria um grupo para analisar má conduta veio após a divulgação de uma fraude científica pela Folha em março de 2011, envolvendo um cientista da Unicamp que tinha apoio financeiro do CNPq.

Também no ano passado, a instituição divulgou um manual de ética com 21 diretrizes aos cientistas.

Antes do comitê fixo, um novo grupo de avaliação era criado a cada denúncia. Mas, desde 2005, o CNPq já avalia as informações disponibilizadas pelos cientistas na plataforma Lattes.

Mesmo assim, alguns deslizes passaram. Um deles envolveu a presidente Dilma Rousseff, em 2009. O currículo dela mostrava um título de mestrado nunca concluído.

Fonte: Folha de S. Paulo, por Sabine Righetti.